



Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Especialização em EJA

Campus Nilópolis

Adriana Amaral do Nascimento Santos

EDUCAÇÃO AMBIENTAL REFLETIDA NO COTIDIANO DA EJA:
concepções e demandas no âmbito de escolas de Belford Roxo e Mesquita

Nilópolis/RJ

2017

Adriana Amaral do Nascimento Santos

EDUCAÇÃO AMBIENTAL REFLETIDA NO COTIDIANO DA EJA:
concepções e demandas no âmbito de escolas de Belford Roxo e Mesquita

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim

Nilópolis/RJ

2017

SANTOS, Adriana Amaral do Nascimento. Educação Ambiental refletida no cotidiano da EJA: concepções e demandas no âmbito de escolas de Belford Roxo e Mesquita. (20 p). Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, RJ, 2017.

RESUMO

O Censo Escolar de 2004 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) demonstrou que a universalização da Educação Ambiental nas escolas de nosso país é uma realidade. O Ministério da Educação, em 2006, de posse desses dados, realizou uma pesquisa, denominada “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”, para saber como essa universalização vinha acontecendo no cotidiano das escolas da educação básica. O presente trabalho procurou analisar como a Educação Ambiental vem sendo efetuada no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escolas públicas, situadas nos municípios de Belford Roxo e Mesquita, Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Primeiramente houve um estudo sobre a Educação Ambiental Crítica; também sobre a mudança de paradigmas e a interdisciplinaridade, a partir das leituras de Bomfim, Freire, Gallo, Guimarães, Loureiro, Morin, Reigota, Santos, Trein, Veiga, Ventura, entre outros, que serviu de base para a presente pesquisa qualitativa e exploratória. A parte da pesquisa de campo levantou dados por meio de questionários aplicados junto aos docentes e discentes da EJA, com perguntas fechadas e abertas sobre: a concepção que possuem sobre a EA; a forma como foi trabalhada em aula; o que foi aprendido sobre questões ambientais, com a intenção de tentar apreender que mudanças ocorreram na maneira desse alunado pensar as questões ambientais e como esses atores passariam a enxergar os problemas ambientais. Além desse procedimento, uma entrevista semiestruturada sobre o Projeto Político Pedagógico foi realizada com as gestoras das instituições pesquisadas. Alcançamos a compreensão que os paradigmas sobre a EJA estão em processo de mudança, apesar de algumas práticas docentes e a Lei atual, estarem balizadas na concepção compensatória e de suplência. E que muitas ações envolvendo a EA na EJA são pontuais, desempenhadas a partir de uma abordagem disciplinar e conservadora, impedindo o aluno de alcançar um conhecimento científico mais elaborado.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Ambiental Crítica. EJA e Educação Ambiental.

SANTOS, Adriana Amaral do Nascimento. Environmental Education reflected in the daily life of the EJA: conceptions and demands within the schools of Belford Roxo and Mesquita. (20 p). Completion of course work. Graduate Program in Youth and Adult Education, Rio de Janeiro Federal Institute of Education, Science and Technology (IFRJ), Nilópolis Campus, RJ, 2017.

ABSTRACT

The 2004 School Census by the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) showed that the universalization of Environmental Education in our country's schools is a reality. The Ministry of Education, in 2006, in possession of these data, carried out a research, called "What do the schools that say that they do Environmental Education?", To know how this universalization was happening in the daily life of the schools of basic education. The present work sought to analyze how Environmental Education has been carried out in the context of the Education of Young and Adults (EJA) of public schools, located in the municipalities of Belford Roxo and Mesquita, Baixada Fluminense, state of Rio de Janeiro. First there was a study on Critical Environmental Education; also on the paradigm shift and the interdisciplinarity, from the readings of Bomfim, Freire, Gallo, Guimarães, Loureiro, Morin, Reigota, Santos, Trein, Veiga, Ventura, among others, that served as basis for the present qualitative research and exploratory. The part of the field research raised data through questionnaires applied to the teachers and students of the EJA, with closed and open questions about: the conception that they have about the EA; the way it was worked out in class; what was learned about environmental issues, with the intention of trying to apprehend what changes occurred in this way of thinking about environmental issues and how these actors would see environmental problems. In addition to this procedure, a semi-structured interview on the Political Pedagogical Project was carried out with the management of the institutions surveyed. We have reached the understanding that the paradigms on the EJA are in the process of change, although some teaching practices and the current Law, are based on the compensatory conception and substitution. And that many actions involving EA in the EJA are punctual, performed from a disciplinary and conservative approach, preventing the student from achieving more elaborate scientific knowledge.

Keywords: Youth and Adult Education. Critical Environmental Education. EJA and Environmental Education.

1 INTRODUÇÃO

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (Paulo Freire)

A Educação Ambiental (EA) abrange as concepções de mundo e as relações diretas que temos com o meio ambiente. Defender a EA Crítica é pensar o processo educativo para além dos muros da escola, em um movimento intencional e planejado para que os atores envolvidos possam ter subsídios para intervir em sua realidade local, educando para o mundo, para a cidadania.

No âmbito do ensino formal, como legislação vigente, a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, deixa claro a obrigatoriedade de a EA estar presente nos diversos níveis de ensino. A Lei estabelece em seu artigo 9º, que

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

- I - educação básica:
 - a) educação infantil;
 - b) ensino fundamental e
 - c) ensino médio;
- II - educação superior;
- III - educação especial;
- IV - educação profissional;
- V - educação de jovens e adultos.

Segundo Veiga (2005), o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), de 2004, constatou que 94% das escolas de ensino fundamental no Brasil praticam a EA. De posse desses dados, o MEC (Ministério da Educação), em 2006, examinou por meio de pesquisa intitulada “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”, como a EA vem sendo aplicada no contexto das escolas que atendem a educação básica no Brasil.

Com o objetivo de dar continuidade ao formato de pesquisa realizada pelo MEC foi que esse trabalho se desenvolveu, analisando como a EA vem sendo desenvolvida no cotidiano da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

As escolas pesquisadas estão situadas na Baixada Fluminense, região situada no estado do Rio de Janeiro, formada por treze (13) municípios e com uma vasta história, que revela que ela passou por mudanças provocadas pela ocupação desordenada, rios poluídos e assoreados por resíduos despejados por empresas e pela população, áreas desmatadas, depósito irregular do lixo, entre outros graves problemas.

O perfil dos alunos pesquisados mostra que a EJA das escolas visitadas é composta em sua maioria por discentes jovens e do gênero feminino.

Mesquita, lugar onde foi desenvolvida parte da pesquisa é o município mais jovem do estado, pois em 1999 emancipou-se de Nova Iguaçu. Apresenta problemas ambientais e possui uma Unidade de Conservação e reservas ecológicas. A legislação sobre a EA é avançada, contudo nem sempre é colocada em prática. A Lei Nº 601 de 29 de dezembro de 2009, apoia e robustece a EA formal e não-formal; garante liberação de recursos para que elas sejam realizadas; estimula a utilização de recursos midiáticos e tecnológicos para promoção da EA no município, entre muitas outras garantias.

Belford Roxo faz divisa com Mesquita e também sofre com os mesmos problemas. É importante frisar que a ideia de eleger esta localidade para pesquisar a EA na EJA foi para analisar se ela está ou não sendo desenvolvida junto aos alunos e de que maneira. E em Mesquita, além desse objetivo, vimos quando nos aproximamos do seu arcabouço legal ligado à EA, o quanto está atualizado, aumentando assim o nosso desejo de pesquisar a EA na EJA em seus espaços reais.

A gênese da minha história com a EA ocorreu em um Curso Técnico em Meio Ambiente de nível médio, o que impulsionou meu ingresso na universidade para cursar Pedagogia, onde os conhecimentos sobre a EA e EJA foram aprofundados. Outra grande oportunidade surgiu para enriquecer minha formação, por meio de novas leituras e várias atividades ligadas à EJA e à EA durante o Curso de Pós-Graduação em EJA pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Também participei de um programa realizado com parcerias entre a Secretaria de Estado de Educação (SEA) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ligado à EA, que suscitou em trocas de experiências enriquecedoras para todos os envolvidos (discentes e docentes da UERJ e de algumas escolas públicas).

Os autores aqui presentes pesquisam e defendem a EA que também vai ao encontro de nossas expectativas, a saber, a EA Crítica, também denominada EA emancipatória, transformadora.

1.1 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa qualitativa e exploratória constituiu-se em dois momentos: o primeiro teórico, fazendo valer o histórico da EA e da EJA no Brasil; além da importância da interdisciplinaridade e da mudança de paradigmas no cotidiano escolar, baseado nos trabalhos de Bomfim (2015), Freire (1992), Gallo (2000), Guimarães (2012), Loureiro (2009), Morin (2016), Reigota (1994), dentre outros.

Já na segunda etapa, foi realizado um estudo de campo com levantamentos de dados que comportou a aplicação de um questionário composto por questões fechadas e abertas, aplicado junto a quinze docentes que lecionam na EJA do primeiro e segundo segmento e também no ensino médio dessas Unidades Escolares e cinquenta estudantes que estão matriculados nesses níveis de ensino, no ano de 2017.

As gestoras das instituições estudadas corroboraram com a pesquisa, através de entrevista semiestruturada sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) dessas instituições. Todas as respostas geraram uma análise das falas dos respondentes, que foram colocadas no corpo do trabalho, exatamente como mencionadas pelas participantes, para que houvesse o entendimento de como a EA está sendo trabalhada nesses contextos.

Pesquisamos em três escolas, a saber: uma municipal, no centro de Mesquita, que está vinculada ao primeiro e segundo segmento da EJA e possui dezenove (19) docentes e cerca de duzentos e cinquenta (250) discentes matriculados na EJA. E duas escolas em Belford Roxo, sendo uma municipal que atende ao segundo segmento, que possui quatorze (14) professores e aproximadamente duzentos (200) alunos. E finalmente, uma estadual voltada para o Ensino Médio, que tem trezentos e vinte (320) alunos e vinte e três (23) educadores lecionando nessa modalidade de ensino.

O estudo de campo foi realizado em um espaço de tempo de três meses para que os questionários fossem aplicados e analisados, a fim ponderar sobre: as respostas dadas por professores e alunos da EJA para saber a concepção que ambos possuem sobre a EA; que questões ambientais foram vistas em aula; se o professor percebeu alguma modificação na forma do aluno pensar as questões ambientais; se o discente notou alguma mudança na sua maneira de conjecturar as questões ambientais e finalmente, como docentes e discentes enxergam os problemas ambientais existentes em nossa sociedade.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ALGUNS MARCOS LEGAIS E UM PROJETO DE SOCIEDADE

O histórico da EJA no Brasil demonstra que a educação não foi moldada para todos e sim para alguns, porque apesar dos avanços obtidos através de lutas estamos longe de alcançar o que aspiramos, pois a escola ainda não é um espaço plural, mas de conformação (VENTURA, 2008).

Ponderando sobre essas questões, é preciso acreditar na atuação desse alunado como indivíduos autogestores, capazes de reivindicar justiça social, por meio de relações éticas entre ser humano e natureza, a partir de uma prática pedagógica baseada também em princípios da EA Crítica valorizada pelo referencial teórico presente.

O vasto histórico da EA no Brasil mostra que ela é bastante intrincada. Para Loureiro (2009), a EA em âmbito nacional se fez tardiamente. Somente a partir da década de 70 é que começam a surgir as primeiras ideias para formular a legislação de políticas associadas ao meio ambiente.

Para Loureiro as consequências desse atraso e a incongruência de como a EA foi apreendida pelo o campo educacional, foram graves:

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação. (LOUREIRO, 2009, p.81)

Carvalho (2008) descreve que políticas públicas para a EA foram instituídas ao longo das décadas seguintes. A autora elencou algumas dessas políticas: o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), em 1994; a Constituição de 88 que alargou os direitos de acesso à EA por parte do povo brasileiro; a elaboração dos Parâmetros Curriculares, que acrescentou como tema transversal o meio ambiente, entre outras.

A EA começou a se inserir cada vez mais na educação, porém Loureiro faz críticas e enfatiza que

Assim a Educação Ambiental se constitui de modo precário como política pública em educação. Algo que se manifesta até hoje na ausência de programas e recursos financeiros que possam implementá-la como parte constitutiva das políticas sociais, particularmente a educacional, como uma política de Estado Universal e inserida de forma orgânica e transversal no conjunto de ações de caráter público que pode garantir a justiça social e a sustentabilidade. (LOUREIRO, 2009 p. 92)

O não investimento e a ausência de diálogos acarretam perdas para a sociedade, pois não encontrarmos soluções para a crise civilizatória em que nos encontramos.

2.1 A EA CRÍTICA NA EJA CRIA NOVAS POSSIBILIDADES

As práticas pedagógicas interdisciplinares que partem da grande experiência de vida que a maioria dos alunos da EJA possui podem facilitar e motivar o discente a interpretar os fatos de maneira holística para que possa atuar de forma mais embasada sobre o conjunto de ações humanas, suas causas e problemas.

Segundo Carvalho (2008, p. 13), “no campo educativo, o diálogo entre educação “popular” e a “ambiental” se deu de forma efetiva [...] e proporcionou o surgimento de uma EA preocupada com as questões sociais e com uma visão emancipatória [...]”.

Entre os anos de 2009 e 2010 Mesquita¹ pode dar um grande passo ao encontro da esse respeito, quando instituiu parcerias envolvendo múltiplos agentes sociais, fomentando o diálogo necessário entre sociedade civil, organizações governamentais e instituições de ensino superior, iniciando a edificação de bases para criação de Políticas Públicas em EA, que mais tarde deu origem ao Programa de Educação Ambiental Municipal ProMEA - Mesquita (BEZERRA E SANTOS, 2010, p.1).

Bezerra e Santos (2010) elencam, entre muitos exemplos, que Mesquita possui ações importantes na área ambiental e social, como: a Cooperativa de artesãos e três cooperativas Populares de Reciclagem de Resíduos Sólidos.

Iniciativas como as que foram mencionadas mostram que é possível realizar a EA, dentro de uma práxis. Assim sendo, a escola como instituição que tem como compromisso a formação de seres humanos, precisa repensar os efeitos de suas ações, pois é um campo fértil para esboçar um projeto de sociedade.

A abordagem disciplinar por ser ainda bastante presente no ambiente escolar da EJA, mostra que ainda não superamos a chamada “educação bancária”² que Freire (1992) tanto condenou, para alcançarmos frutos melhores do que estamos colhendo.

Bomfim (2015, p. 7) reforça a ideia de EA Crítica, que se integra às concepções do referencial teórico aqui apresentado, quando discorre que educar é um ato político, dialógico, contraditório, fundamental, pois nós sempre ensinamos quanto aprendemos.

¹Através de uma ação conjunta entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Prefeitura Municipal de Mesquita, Secretarias Municipais de Meio Ambiente/SEMUA e de Educação/SEMED, além do apoio e participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA-RJ Política foi possível realizar a organização do texto sobre a Política Pública Municipal em Educação Ambiental, Lei 601, acatada pela Câmara Municipal em dezembro de 2009. Mais tarde essa ação resultou na formulação do Programa Municipal de Educação Ambiental PROMEA - Mesquita. Essa cidade possui desde então, uma Lei ambiental atual.

²Educação bancária, segundo Freire (1992, p.33), é a educação que “se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante [...] é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”.

Desta forma, não podemos deixar de lado a crítica, a transformação de ideias, os princípios, a busca pela emancipação do homem. Sendo assim,

Uma EA que se pretende crítica problematiza as escolhas e orientações feitas, não assume sem questionamento qualquer educação, não toma a educação como apolítica e previamente eficaz. A EA- crítica alinha-se à crítica que se faz também à sociedade, apontando as contradições de uma educação que: ao mesmo tempo em que promove a preservação da natureza, também estimula sua extração e depredação por conta de um consumismo desenfreado [...]. (BOMFIM, 2015, p. 7)

Os paradigmas da sociedade complexa da qual fazemos parte estão em crise, visto que não são mais suficientes para esclarecer muitos fenômenos (MORIN, 2016). As distintas formas de pensar e trabalhar a EA no contexto escolar são válidas, todavia até certo ponto. Bomfim mostra como nossa sociedade é paradoxal, quando diz

Sobre a Questão Ambiental parece que na mesma proporção que aumenta o grau de “consciência ecológica” também cresce a degradação da natureza. As entidades defendem e até conseguem elevar a consciência da população, mas na política não parecem conquistar uma mudança real. (BOMFIM, 2010, p. 12)

O autor ainda robustece essa condição, a partir das análises críticas feitas por Chesnais e Serfati (2010, p.14), que articulam que “se a crítica não for à estrutura do sistema, a questão ambiental não será resolvida”. O capitalismo sobrevive de princípios incoerentes, gerando dualismos, incertezas e conflitos de interesses, expondo assim para quem quiser ver, que a escola sozinha não vai poder resolver todas as questões, principalmente às que estão ligadas, por exemplo, às desigualdades sociais.

Para Gallo pode-se/deve-se lançar mão da interdisciplinaridade, pois o autor entende que ela

[...] é a consciência da necessidade de um interrelacionamento explícito e direto entre as disciplinas todas. Em outras palavras, a interdisciplinaridade é a tentativa de superação de um processo histórico de abstração do conhecimento que culmina com a total desarticulação do saber que nossos estudantes (e também nós, professores) têm o desprazer de experimentar. (GALLO, 2000, p.27)

A EA Crítica trabalhada interdisciplinarmente na EJA possibilita a construção de um conhecimento científico mais elaborado, fugindo da artificialização do saber, corroborando para que o aluno, frente à tomada de decisões, possa agir na sociedade com um conhecimento científico mais solidificado e enriquecido para que ele tenha condições de perceber os fatos e exceder as fronteiras da disciplinaridade. Na EJA não há limite de idade para que o aluno milite em um movimento de educação, que precisa ser permanente e dinâmico. Para a EA a proposta é semelhante.

3 MÚLTIPLAS VISÕES E CONCEITOS SOBRE UMA REALIDADE SÓCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em um segundo momento a pesquisa ocorreu através da aplicação de questionário (que se encontra no apêndice A), contendo seis (6) questões, junto a alunos e professores da EJA.

Quinze (15) docentes que atuam nessa modalidade de ensino no primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental das redes municipais de Belford Roxo e Mesquita, além da NEJA- (Nova EJA do ensino médio) de uma escola estadual de Belford Roxo, concordaram em participar da pesquisa.

O questionário teve como objetivo perceber a concepção de EA que esses docentes possuem; além de indagar se a EA está presente em suas aulas e em que momento; o que foi trabalhado sobre EA; se o que foi visto sobre EA, mudou a forma de pensar de seus alunos, a respeito dos problemas ambientais e como eles percebem esses problemas em nossa sociedade?

Entre os alunos da EJA que participaram da pesquisa cinquenta (50) discentes, com idade entre quinze (15) e setenta (70) anos de idade, responderam seis (6) questões, (que se localizam no Apêndice B), voltadas para os mesmos objetivos: o de perceber a compreensão de EA que esse alunado possui; se já tiveram alguma aula ou disciplina sobre EA; em que momento e o que foi trabalhado nessa aula; se o que foi visto em aula modificou a forma de pensar desse alunado, sobre os problemas ambientais e finalmente, como eles enxergam os problemas ambientais em nossa sociedade?

Finalmente foi realizada uma entrevista semiestruturada (situada no Apêndice C), onde três gestoras expuseram se a escola possui PPP e se ele abrange ou não a EA no cotidiano da EJA desses municípios.

A fim de não revelar os nomes dos participantes, foi criado um código, onde o professor respondente é identificado pela letra P maiúscula e um número que vai de um (1) ao quinze (15); para os alunos, a letra A maiúscula seguida de um número que vai de um (1) ao cinquenta (50) e para as gestoras dessas escolas, a letra G maiúscula seguida de um número que vai do um (1) ao três (3).

3.1 ANÁLISES DAS RESPOSTAS DOS PROFESSORES E ALUNOS DA EJA

Quando perguntados sobre o que entendem por EA, a maioria dos docentes respondeu que ela está ligada à “conscientização da importância do meio ambiente para nossas vidas”, como perceber nas falas a seguir:

“Conscientizar o aluno sobre a importância de conservação e reprodução do meio ambiente”. (P01)

“EA é a conscientização da importância do cuidado do que devemos ter com o meio ambiente”. (P14)

Para Guimarães (1996), essa conscientização que tanto aparece nas falas dos respondentes é uma orientação historicamente construída, todavia ela precisa ir além do ato de trabalhar valores “verdes”, onde a natureza é vista como intocável.

Além disso, vale ressaltar a resposta do docente (P05), que considera que EA:

“É possibilitar através de projetos e temas geradores o entendimento do ambiente em torno do educando. Neste caso, trabalhar de forma interdisciplinar para a maior compreensão da realidade”. (P 05)

O participante não simplificou a ideia de meio ambiente. E exaltou que a visão de mundo do aluno precisa ser trabalhada com base na interdisciplinaridade, entretanto, apesar de ter uma base teórica, o docente revela que não trabalha a EA em suas aulas.

Para a maioria dos alunos da EJA que responderam a mesma questão, trinta e sete (37), EA é a conscientização sobre a importância da natureza, através da manutenção do ambiente limpo. Foi possível observar em suas falas:

”Educação que mostra que não devemos jogar lixo nas ruas, para mantermos o ambiente limpo”. (A 14)

“Entendo que temos que cuidar da natureza”. (A 20)

“Entendo que é a consciência de cuidar, pois depende de mim também para que vivamos em um mundo melhor”. (A 43)

Essa concepção de EA que os alunos apresentam é uma compreensão simplista e é antagônica às ideias de Freire, porque não passou por reflexões e questionamentos sobre o nosso modelo de sociedade que originou os desequilíbrios ambientais.

Doze (12) entre quinze docentes, disseram que trabalharam a EA em suas aulas. Porém, vinte e cinco (25) docentes asseguraram que não assistiram aulas em que a EA foi abordada. Chamou à atenção o fato desses alunos não terem nenhum contato com a EA, pois ela está prevista em Lei e é fundamental para a formação desse alunado.

Na terceira pergunta, sobre o momento em que essas aulas foram efetivadas, as respostas entre os docentes foram bem diversificadas. Para três (3) dos professores a EA

foi trabalhada durante as aulas de Ciências; três (3) disseram que nas aulas de Língua Portuguesa; três (3) durante a Semana de Meio Ambiente; dois (2) durante oficinas específicas; dois (2) não ministraram aulas sobre EA e dois (2) não responderam.

As respostas desvendam a falta de comunicação entre as disciplinas e a hierarquização das mesmas, que não permite que a interdisciplinaridade³ germine no cotidiano da EJA. Essa é a nossa compreensão de mundo, que hierarquiza tudo.

No que se refere ao momento em que o aluno da EJA teve ou não aula (s) sobre a EA, vinte e cinco (25) respondentes, afirmaram que nunca tiveram aulas sobre EA e cinco (5) não responderam. Já entre os alunos que asseguraram ter assistido aulas sobre a EA, as aulas de Estudo de Ciências receberam destaque, mostrando que é uma prática comum nas escolas, para que a EA seja trabalhada pelo professor dessa disciplina.

Ao comentarem na quarta questão, o que as aulas dadas sobre questões ambientais trataram junto aos seus alunos os professores responderam:

“Valorização dos recursos naturais existentes”. (P01)

“Sobre o lixão, aterro sanitário, coleta seletiva, reciclagem, reaproveitamento, consumismo”. (P 14)

“Necessidade de fazermos a higiene pessoal; saneamento básico e os cuidados adequados com o lixo”. (P 09)

Muitas vezes a rotina da EJA não abre espaço para o novo. Os conteúdos trabalhados e as atividades propostas não possuem um caráter interdisciplinar. Sabemos que a abordagem disciplinar é cômoda para o professor porque não precisa dar conta dos conteúdos de seus pares. A postura dos pesquisados está na origem de sua formação que é disciplinar e reducionista. E eles não foram negligentes, e sim, conteudista.

Sobre essa mesma questão, percebemos que dezoito (18) alunos, um número bastante elevado, não tiveram nenhuma aula onde as questões ambientais foram trabalhadas. Entre os que tiveram aulas sobre EA, asseguraram que estudaram sobre

“Não desperdiçar água; não jogar lixo nas ruas e a cuidar da cidade.” (A 50)

“Não podemos jogar lixo no chão e rios para ajudar o meio ambiente”. (A28)

“Sobre o lixão; bichos que transmitem doenças e a água que tem que ser filtrada e fervida”. (A45)

³ Guimarães (2000) coloca que [...] “a interdisciplinaridade é um processo de construção de conhecimento capaz de superar a visão disciplinar elaborando uma nova interpretação ampliada da realidade; no entanto esta é uma conduta a ser introduzida no cotidiano escolar.”

Os conteúdos estudados e citados acima não dão margens para que o aluno atinja um nível maior de consciência sobre a sua realidade, para que ele possa desnaturalizar o que foi construído culturalmente e tentar mudar a situação local da comunidade.

Quanto à quinta indagação, se após assistirem aulas sobre EA ocorreu ou não modificação na forma dos alunos pensarem as questões ambientais, a maioria, oito (8) docentes admitiram que houve mudanças; três (3), disseram que não há como medir as diferentes formas de pensar e agir de seus alunos; dois (2) professores não viram mudanças; um (1) professor não respondeu e um (1) docente acredita que foram poucas as mudanças, devido às influências do nosso sistema. É o que consta em suas falas:

“Sim. Principalmente com relação ao uso racional da água e na questão ecológicas, principalmente na forma como tratarmos daquilo que é oferecido pela natureza”. (P10)

“Não tenho como medir esta mudança, apenas observo a compreensão teórica dos conteúdos, mas o nosso modo de pensar é muito complexo. (P 13)

A leitura feita a partir das respostas dadas, é que realmente é complexo avaliar se houve ou não alterações na maneira de pensar e agir de qualquer indivíduo, porque a subjetividade faz parte da educação e da formação humana.

Sobre essa mesma pergunta o educador (P8) declarou

“Foram poucas as mudanças, devido às influências do capitalismo na sociedade.” (P8)

A política de convencimento do sistema ao qual estamos inseridos é forte, porque seu objetivo é formar consumidores e não cidadãos. Por esse fato, não podemos trabalhar a EA somente através da crítica pela crítica, e sim pela práxis, para que consigamos resultados menos tímido, porque o capitalismo tem a sua própria práxis.

Na opinião de doze (12) alunos pesquisados, não houve mudanças na maneira de eles pensarem as questões ambientais, pois não tiveram aulas sobre tais questões; quinze (15) não responderam; três (3), disseram que nada mudou, pois sempre cuidaram do meio ambiente; sete (7), descreveram que houve aumento de conhecimentos sobre o tema e treze (13) ponderaram que não jogam mais lixo nas ruas, após assistirem as aulas que trataram sobre as questões ambientais. É o que explanaram

“Sim. Ajudou muito porque parei de jogar lixo nas ruas e passei a pensar como posso ajudar o meio ambiente”. (A 27)

“Sim, pois é sempre bom termos conhecimentos sobre a natureza em que a gente vive”. (A 45)

Para grande parte dos alunos - treze (13), as questões ambientais giram em torno da problemática do lixo, que faz parte da nossa sociedade de consumo. Sentimos falta de investimentos na problematização, para que soluções autênticas sejam encontradas para tal questão que atinge intensamente Belford Roxo e Mesquita.

A última questão da pesquisa mostrou que cinco (5) professores, compreendem os problemas ambientais como uma das grandes preocupações da atualidade; quatro (4) são causados pelo descaso do poder público; três (3) precisam ser trabalhados na EJA; para dois (2) é um atraso para uma sociedade considerada “civilizada” e um (1) docente, defende que é um problema de toda a sociedade. Suas falas esclarecem

“Eles são desprezados pelo poder público e empurrados para a população”.
(P 13)

“Uma questão emergencial, porém submetida a interesses capitalistas que visam o lucro, sem pensar nas conseqüências desastrosas.” (P 14)

As respostas dos educadores são coerentes. Só faltaram mais reflexões sobre esses problemas, na própria dinâmica da escola, pois as dicotomias existentes na sociedade impõem uma degradação da natureza que foi transformada em mercadoria e coisificada.

Os resultados mostraram que dezessete (17) discentes da EJA veem os problemas ambientais como falta de educação da população; dezesseis (16) afirmaram que estão interligados à destruição da natureza pelo homem; oito (8), falaram ser uma desordem social; para quatro (4) é um problema que a humanidade precisa discutir; dois (2) não responderam; dois (2) acreditam ser falta de compromisso do prefeito e um (1) entende os problemas, como sendo normais. Sobre isso, dois dos respondentes afirmaram:

“É um descaso, que não vejo mais solução, pois o povo nunca aprende que não devemos jogar lixo nas ruas”. (A31)

“Enxergo que as pessoas não têm educação com o meio ambiente, não respeitam as placas de aviso de que não podem jogar lixos nos locais”. (A34)

Novamente a responsabilização pessoal ficou em evidência nas respostas dadas assinalando quem são os principais agentes, causadores dos problemas ambientais, para esses estudantes que não mencionaram: as ações governamentais, empresariais e a nossa sociedade de consumo, atores determinantes para que tais problemas permaneçam e se agravem, privilegiando assim a cultura e os pensamentos da ideologia dominante.

Barros e Filipecki (2015) alegam que a EA corrobora para que os indivíduos se tornem mais prudentes, atentos ao que acontece em sua comunidade, além de mais cuidadosos na eleição de seus governantes. E mais, para que atuem para saber e cobrar, se os preceitos de EA estão sendo efetuados, ou não, no cotidiano de sua localidade.

3.1.1 Análises da entrevista realizada com as gestoras da EJA

Para Vasconcellos (2002), o PPP é o documento norteador que patenteia a função social da escola, que é preparar o indivíduo para a vida em sociedade. Nas escolas pesquisadas, o documento não foi examinado. Obtivemos informações sobre o documento, somente através da fala das gestoras.

Em entrevista as profissionais afirmaram que:

“O PPP da escola está sendo reformulado”. (G 01)

“A escola tem PPP.” (G 02)

“A direção da escola mudou. Agora, nessa gestão é que vamos começar a melhorar o PPP”. (G 03)

Muitas instituições não possuem esse documento, que precisa ser construído e revisado coletivamente. Diante das demandas existentes, às vezes, ele é entendido como uma exigência burocrática, prevista na LDB e não como uma referência para a escola.

Sobre a segunda pergunta, foi questionado se o PPP das unidades Escolares (U.E.) abrange a EA e como a temática é abordada no cotidiano da EJA. As respostas dadas pelas três respondentes, foram as seguintes:

“Nosso PPP está passando por mudanças e não há nenhum projeto ligado à EA no PPP.” (G 01)

“Os projetos vindos da Secretaria de Educação não abordam a EA.” (G 01)

“O que o nosso PPP prioriza muito, são as atitudes positivas e pontuais, para a manutenção de um ambiente agradável e limpo, favorável a aprendizagem.” (G 01)

“Sabemos que o aluno da EJA está interessado na certificação. Com a greve dos professores, o tempo ficou mais curto, e aí, eles não trabalham a EA. Preferem trabalhar outros conteúdos”. (G 02)

“A EA é trabalhada de acordo com a iniciativa de cada professor, mas o que eu percebo é que especialmente os professores especialistas, os de Ciências, é que trabalham a EA”. (G 03)

“O professor do primeiro segmento também trabalha a EA geralmente nas aulas de Ciências, através de reportagens, notícias e textos”. (G 03)

A reflexão realizada é que a escola vem deixando a cargo do professor com seus próprios recursos de formação, a decisão de trabalhar ou não, a EA na EJA, sendo que o ideal é que no PPP da instituição apresentasse espaço para que a EA, como sugerem os PCN's e seus temas transversais, pudesse ser trabalhada. Além disso, uma nova geração de gestores para a EJA se faz necessário, para que ela não seja percebida como um ensino aligeirado, que não mostra resultados efetivos na vida do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos dizendo que o presente estudo mostrou por meio das análises dos questionários aplicados, que a EA na EJA das escolas pesquisadas vem ocorrendo através de ações pontuais e ainda de forma disciplinar e conservadora, por meio de iniciativas pessoais dos professores, geralmente os docentes de Ciências. E que há na EJA uma ausência de projetos ligados à EA, o que desfavorece a busca e o encontro de novos conhecimentos; a troca de experiências entre os envolvidos e a otimização das relações intergeracionais entre os alunos, e ainda, entre alunos e professores.

A situação desejada é diferente da realidade existente. E a intenção em nenhum momento foi colocar a EA como uma panaceia. A distância entre as práticas e o referencial teórico/ideológico estudado, demonstra que ainda há muito a ser feito e que precisamos começar agora. A Lei ambiental do município de Mesquita não fomentou parcerias sólidas entre a escola que atende a EJA e a prefeitura e vice-versa, visto que não apareceram menções sobre elas nas respostas dadas pelos participantes.

Tanto a formação inicial, quanto a formação continuada dos professores ainda se mostram deficientes e precisam incluir cada vez mais a EA, em especial a EA Crítica, para que os docentes tenham acesso às informações e reflexões sobre a raiz dos problemas socioambientais. Segundo Reigota (1994), o professor precisa estar atento para trabalhar a EA na EJA, adequando e contextualizando conteúdos e atividades à faixa etária para a qual a EJA foi estruturada.

A universalização da EA na EJA necessita mostrar sua aplicação na vida do aluno, através do conhecimento e do exemplo, no entanto, desconstruir valores distorcidos é mais complexo do que instituí-los. A EA Crítica é um processo contínuo, assim como a EJA e perpassa pela hegemonia da educação, de informar, formar e transformar habilitando esse alunado a atentar para si, para o outro e para o todo, em um movimento ativo de construção de conhecimentos e a sua colocação em prática, dentro e fora dos muros da escola.

¹Graduada em Pedagogia pela UFRRJ; Pós-Graduada em EJA pelo IFRJ e docente da rede municipal de Belford Roxo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, C. M. A.; SANTOS, A. M. M. *Política e programa de educação ambiental no município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública*. Rio de Janeiro, 2010 Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/Rede_ProMEA>. Acesso em: 02 de abr. de 2017.

BARROS. *Currículo e cultura científica: sociedade de risco – somos todos atores?* In: BOMFIM, A. M.; OLIVEIRA, T.S; SILVA, F.G; TRINDADE, M. A. V. M. (Orgs). *A questão ambiental na educação básica*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

BOMFIM, A. M. O (sub) desenvolvimento insustentável: a questão ambiental nos países periféricos latino-americano. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, ano 8, n, 10, p. 11. 2000. Disponível em: <<http://www.uff.trabalhonecessario>> Acesso em: 01 fev. 2010.

BRASIL, MEC, SED. Salto para o futuro. *Educação Ambiental no Brasil*. Ano XVIII. Boletim 01, março. 2008.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Coordenadora Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental – ProNEA. 3.ed. Brasília: MEC/MMA, 2005. 102 p.

_____. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2015.

_____. *Lei Federal nº 9795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1999.

Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. *Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental* / Organização: Rachel Trajber, Patrícia Ramos Mendonça. – (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n. 6). Disponível em: <<http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=2218>> Acesso em 10 de junho de 2017.

CARVALHO, I. C. M.; A educação ambiental no Brasil IN: BRASIL, MEC, SED. Salto para o futuro. *Educação Ambiental no Brasil*. Ano XVIII. Boletim 01, março. 2008

CHESNAIS, F. SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas In: BOMFIM, A. M. O (sub) desenvolvimento insustentável: a questão ambiental nos países periféricos latino-americano. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, ano 8, n, 10, p. 11. 2000. Disponível em: <<http://www.uff.trabalhonecessario>> Acesso em: 01 fev. 2010.

FILYPECKI. *Educação científica orientada para a paz: transdisciplinaridade e complexidade* In: BOMFIM, A. M.; OLIVEIRA, T.S; SILVA, F.G; TRINDADE, M. A. V. M. (Orgs). *A questão ambiental na educação básica*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em <<https://www.google.com.br/?gwsrd>>. Acesso em 20 dez. 2016.

GALLO, S. *Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar* In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. (orgs.) *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Disponível em http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/transversalidade_e_educacao.htm Acesso em: 19 abr. 2016.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *Educação ambiental: no consenso um embate?* Campinas: Papirus, 2000.

_____. *Educação ambiental*. Rio de Janeiro: Unigranrio, Coleção “Temas de Meio Ambiente”, 2000.

_____. *Intervenção Educacional: Do “de grão em grão a galinha enche o papo” ao “tudo junto ao mesmo tempo agora”*. In: JUNIOR, Luiz Antônio Ferraro (Org.). *Encontro se caminhos: Formação de educadoras (es) e coletivos educadores*. Brasília: MMA, 2005.

INEP. *Universalização da Educação Ambiental nas escolas de educação básica, 2010*. Brasília: INEP/ Ministério da Educação, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetórias e fundamentos da educação* 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MESQUITA. *Lei Municipal nº 601, de 29 de dezembro de 2009*. Política Municipal de Educação Ambiental do Município de Mesquita - PME.A. RJ, Mesquita: 2009.

MESQUITA. *Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA*.

MORIN, E. *Articular os saberes*. In. ALVES, N.; GARCIA, R. L. (Orgs.) *O sentido da escola*. São Paulo; Dp A, p. 77. Disponível em: <<http://www.docs-engine.com/pdf/1/articular-os-saberes-edgar-morin.html>> Acesso em 15 abr. 2016.

PCNs Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.google.com/?hi=pt-br&gwsrd=ssl#hl=pt&q=pcns+meio+ambiente>>. Acesso em 20 de nov. 2017.

REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental?*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, A. M., *A questão ambiental nas ciências humanas e as políticas de formação de professores para a Educação Básica no Brasil a formação inicial e continuada* In: BOMFIM, A. M.; OLIVEIRA, T.S; SILVA, F.G; TRINDADE, M. A. V. M. (Orgs). *A questão ambiental na educação básica*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

TREIN, E. *A questão ambiental nas ciências humanas e filosofia* In: BOMFIM, A. M.; OLIVEIRA, T.S; SILVA, F.G; TRINDADE, M. A. V. M. (Orgs). *A questão ambiental na educação básica*. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do trabalho pedagógico*. SP: Liberdade, 2002.

VENTURA, J P. *Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos*. Niterói, 2008. Disponível em:<<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htrr>>. Acesso em: 17 de out. de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela fé que me faz prosseguir.

À minha família pelo apoio e carinho.

Às minhas amigas Ana Cláudia, Ana Lúcia, Louise e Luana por terem me auxiliado.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em EJA pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) por sempre nos mostrar e defender na prática, que a EJA no Brasil, é um espaço de militância.

Ao meu professor e orientador Alexandre Maia do Bomfim por todo empenho, paciência, comprometimento e generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

APÊNDICE A - Questionário aplicado junto aos professores da EJA

Dados de Informação:

a- Nome:

b- Idade:

c- Formação/curso (s):

d- Tempo de atuação como professor (a) na EJA:

1- O que você entende por Educação Ambiental?

2- Você ministrou alguma (s) aula (s) que tratou desse assunto (Educação Ambiental) na EJA?

3- Em que momento você deu essa (s) aula (s)?

4- Essa (s) aula (s) sobre questões ambientais ensinou (ensinaram) o quê?

5- Algumas das aulas dadas por você modificou a forma de pensar dos seus alunos, em relação às questões ambientais? Explique:

6- Como você enxerga hoje os problemas ambientais?

APÊNDICE B- Questionário aplicado junto aos alunos da EJA

Dados de Informação:

Turma: _____ Idade: _____

1- O que você entende por Educação Ambiental?

2- Você teve alguma(s) aula (s) ou alguma disciplina que tratou desse assunto (Educação Ambiental) na EJA?

3- Em que momento você teve essa aula?

4- Essa (s) aula (s) sobre questões ambientais abordaram o quê?

5- Algumas das aulas assistidas por você modificou sua forma de pensar as questões ambientais? Explique:

6- Como você enxerga hoje os problemas ambientais?

APÊNDICE C- Entrevista com as gestoras das escolas, sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP)

1- A escola possui o Projeto Político Pedagógico (PPP)?

2- O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola abrange a Educação Ambiental e como a temática é abordada no cotidiano da EJA?